



Interesse Público – IP

Belo Horizonte, ano 17, n. 84, nov./dez. 2015

Doutrina

Artigos

Seção de Direito Constitucional, Administrativo, Previdenciário

- ◆ Flexibilização do procedimento e calendário processual no Novo CPC
Ricardo Villas Bôas Cueva
- ◆ Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos
Gabriel Real Ferrer; Paulo Márcio Cruz
- ◆ O governo da lei e o governo dos homens: como uma decisão pode produzir justiça em um caso singular sem ferir a generalidade das leis?
Alejandro Montiel Alvarez

Doutrina Estrangeira

- ◆ Direito e justiça social
Paulo Ferreira da Cunha

Seção de Direito Tributário

- ◆ Causas de exclusão do crédito tributário: isenção e anistia
Hugo de Brito Machado

Seção de Direito Municipal

- ◆ O Estado Mínimo e os serviços de transporte individual de passageiros: táxi versus Uber – Credenciamento como solução consensual viável
João Eduardo Lopes Queiroz, Márcia Walquiria Batista dos Santos

Seção Direito da Regulação

- ◆ A regulação da distribuição de energia elétrica: os municípios como usuários do serviço
Álison José Maia Melo

Seção de Conferência

- ◆ O constitucionalismo contemporâneo – Uma visão latino-americana. Homenagem ao Professor Héctor Fix-Zamudio
Marcelo Figueiredo

Jurisprudência selecionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Processo Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Legitimidade ativa de entidade sindical para propor ADI – Administrativo – Servidor público – Instituição de regime de subsídio – Direito de opção pelo regime anterior – Constitucionalidade

◆ Superior Tribunal de Justiça

Administrativo e Constitucional – Pagamento de precatório preferencial – Pagamento de mais de um crédito preferencial a um só credor dentro do mesmo exercício orçamentário – Possibilidade – Limite de três vezes do valor da RPV incidente sobre cada precatório

◆ Superior Tribunal de Justiça

Ação Civil Pública – Associação destinada a proteção dos consumidores – Dissolução da demandante no curso do processo – Pretensão de outra associação de assumir a titularidade do polo ativo da ação coletiva – Impossibilidade – Expressa autorização dos associados para a adequada legitimação da associação que os representa

◆ Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Ajuda de custo – Cargo em comissão – Legitimidade da limitação temporal – Lei que autoriza fixação de “condições” em regulamentos – Princípios da moralidade administrativa, da razoabilidade, da impessoalidade, da eficiência e da economicidade da gestão pública – Precedentes em outros sistemas

◆ Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Renovação de registro de arma de fogo a magistrados, independentemente de testes psicológicos e comprovação de capacidade técnica – Prerrogativa legal prevista na Lei Complementar nº 35/97 – LOMAN – Inaplicabilidade de requisitos previstos em lei ordinária – Presunção de que magistrado ou membro do Ministério Público tenha capacidade de avaliar as possíveis consequências da utilização de arma de fogo sem o devido preparo

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Ação civil pública - Improbidade administrativa – Desvios de medicamentos do Hospital da Aeronáutica para hospital particular – Condenação criminal de servidor na Justiça Militar – Pessoa jurídica beneficiária do estelionato e desvio de medicamentos – Dano ao Erário – Rejeição de arguição de prescrição – Ação ajuizada em face de servidor público e pessoa jurídica particular – Prazo prescricional – Aplicação do prazo previsto em lei específica – Tratamento estendido para pessoa jurídica

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Ação Popular
- ◆ Administrativo
- ◆ Bem Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Desapropriação

- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Poder de Polícia
- ◆ Processo Penal e Penal
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário